



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ARCLEDYA RODRIGUES PINHO

**O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE COMBATE AO RACISMO A
PARTIR DA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS DE BOA FÉ E ITAPAI NO
MUNICIPIO DE REDENÇÃO-CE**

ACARAPE

2023

ARCLEDYA RODRIGUES PINHO

O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE COMBATE AO RACISMO A PARTIR
DA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS DE BOA FÉ E ITAPAI NO MUNICIPIO DE
REDENÇAO-CE

Projeto de pesquisa apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva

ACARAPE

2023

ARCLEDYA RODRIGUES PINHO

**O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE COMBATE AO RACISMO A
PARTIR DA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS DE BOA FÉ E ITAPAI NO
MUNICIPIO DE REDENÇÃO-CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Marcos Silva

Prof. Dr. (Orientador/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Janaína Lobo

Prof^ª. Dr^ª (Examinadora/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

Leandro Proença

Prof. Dr. (Examinador/IH Unilab)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
OBJETIVOS	06
Objetivo geral	06
Objetivos específicos	06
PROBLEMA DE PESQUISA	07
JUSTIFICATIVA	07
REFERENCIAL TEÓRICO	09
METODOLOGIA	13
CRONOGRAMA	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, com o processo de colonização, deu-se início a um sistema de escravização que, com o tráfico negreiro do continente africano, foi sustentado pelas teorias raciais da época. Como resultado, foi produzida uma sociedade brasileira estruturalmente racista, que perdura até os dias atuais. A escravidão sofrida pelos povos africanos e indígenas ainda é refletida na estrutura do país na atualidade, uma vez que vivemos em uma sociedade marcada por grandes desigualdades que reverberam, certamente, na produção de altas taxas de violências sofridas pela população negra e indígena.

Essas violências estruturais também são reproduzidas e reforçadas no ambiente escolar, através de uma educação reprodutora, de violências, assentada na lógica de um ensino mecanicista, instrumental, isto é, uma educação que Paulo Freire denominou de bancária, gestada em uma estrutura patriarcal que privilegia o sistema capitalista, sendo apoiada por currículo conservador e destoante das realidades escolares Brasil a fora. Em face disso, percebe-se uma extrema falta de treinamento das gestões escolares para lidar com casos de racismo, por exemplo. Desse modo, as violências cotidianas e as práticas do racismo no ambiente escolar acabam não sendo punidas, e seguem sendo reproduzidas e mantidas dentro e fora das unidades de ensino.

Nesse sentido, essa pesquisa tem como finalidade analisar o papel das escolasEEIF Neide Tinôco e EEF Vicente Ferreira do Vale na luta contra o racismo e quais os métodos utilizados para alcançar seus objetivos, a partir da lei 10.639/03. Deste modo, os objetivos específicos compreendem em observar como as escolas podem potencializar os seus mecanismos de conduta para acabar com casos de racismo praticados dentro do ambiente escolar; analisar como essas escolas lidam com casos de racismo dentro da instituição de ensino; além de buscar entender como é abordado o tema racismo nas referidas escolas e como é feito o repasse desse conteúdo para as crianças e adolescentes.

A escola Neide Tinôco está localizada na vila Itapaí no interior de Redenção-CE, a instituição atende crianças do infantil II ao 8º ano do ensino fundamental, e por falta de recursos os alunos do 9º ano precisam se deslocar para a sede do município. A escola Vicente Ferreira do Vale está localizada no bairro Boa Fé Redenção-CE, e atende crianças do 1º ao 8º ano do fundamental II, e os alunos do 9º ano, assim como algumas escolas de localidades do município, precisam se deslocar para a sede. O fundamental II da escola

Neide Tinoco é composto por 17 alunos no 6º ano, 19 alunos no 7º ano e 13 alunos no 8º ano, dos quais apenas 10 desses alunos foram declarados pardos. A escola Vicente Ferreira do Vale, possui 26 alunos no 6º ano, 25 alunos no 7º ano e 27 alunos no 8º ano dos quais apenas 6 desses alunos foram declarados pardos. As declarações são feitas pelos pais dos estudantes, e só vai se tornar obrigatório no ato da matrícula a partir do ano de 2024 (dados repassados pela Secretaria de Educação).

Para meu estudo, é importante resgatar um pouco da história do município de Redenção, tendo em vista sua importância no cenário nacional no que diz respeito ao “processo de libertação” das pessoas escravizadas no Brasil. De fato, a cidade de Redenção-Ce foi a primeira cidade brasileira a libertar todos os seus escravos, em 1 de janeiro de 1883. A atual cidade de Redenção, era conhecida como Acarape, e pertencia a província de Baturité. A mesma se tornou muito importante para a história nacional como a primeira cidade do país a abolir a escravidão, e por isso ganhou o nome de Redenção. Um pouco mais de um século depois, em 20 de julho de 2010, a partir da lei N 12.289, a cidade ganhou o projeto para uma universidade internacional e interiorizada, a qual receberia estudantes da (CPLP), na qual nasceu a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. A instituição de ensino tem parceria com 7 países, dos quais apenas Portugal e Timor-Leste não são localizados no continente africano.

Vocacionada, portanto, para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, a Unilab fundamenta suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com **Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste**. Seus cursos e ações têm foco preferencial em áreas estratégicas de interesse do Brasil e dos demais países parceiros, reunindo estudantes e professores brasileiros e estrangeiros e contribuindo para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica seja capaz de se transformar em políticas públicas de superação das desigualdades.” (UNILAB, 2021/2023, s/p., grifo nosso)

A UNILAB é um marco para a cidade de Redenção, a qual traz uma importante contribuição para a reparação histórica junto aos países do continente africano e principalmente para as populações descendentes dos povos que foram escravizados, as populações negras, pardas, quilombolas e indígenas, de regiões e localidades diversas do Brasil.

Entendendo as necessidades apresentadas nas escolas da cidade de Redenção, visando um melhor entendimento sobre o que está sendo feito nelas, a partir da lei

10.639/03, e reconhecendo a importância histórica da cidade e da Unilab para a sociedade redencionista e brasileira, essa pesquisa analisará como em um contexto cultural tão enriquecido pela cultura dos países africanos está sendo, as mesmas introduzidas no cotidiano escolar?

Superar as desigualdades sociais e educacionais que existem neste país requer um grande esforço governamental e público por meio de medidas concretas para ampliar o âmbito da cidadania. O reconhecimento político da educação como uma instância que contribui para a afirmação da cidadania constitui um impulso significativo para fortalecer e expandir as iniciativas desenvolvidas pelos setores comprometidos com a transformação da sociedade e com a inclusão social.

Nos países onde os modelos de desenvolvimento impedem que grandes segmentos da população tenham acesso ou permaneçam na escola, os programas de inclusão educativa enfrentam sérios desafios, especialmente em termos de acesso universal e de manutenção bem-sucedida dos sistemas escolares. Garantir a educação para todos requer a promoção de políticas públicas consistentes e abrangentes. Desse modo, torna-se fulcral pensar a implementação da Lei 10.639/2003 como uma política pública no campo da educação essencial para a luta contra o racismo neste país.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o papel das escolas de EEIF Neide Tinôco e EEF Vicente Ferreira do Vale na luta contra o racismo e quais os métodos utilizados para alcançar seus objetivos, a partir da lei 10.639/03.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Observar como a escola pode potencializar os seus mecanismos de conduta para acabar com casos de racismo praticados dentro do ambiente escolar;
- Analisar como essas escolas lidam com casos de racismo dentro da instituição de ensino;
- Buscar entender como é abordado o tema racismo nas referidas escolas e como é feito o repasse desse conteúdo para as crianças e adolescentes.

3 PROBLEMA DA PESQUISA

A lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, foi criada buscando a equidade, tornando obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. A mesma trabalha as relações étnico-culturais nas escolas, o qual pode ser abordado de forma interdisciplinar. A escola como lugar privilegiado de convívio, na qual a pluralidade se impõe, com a circulação de religiões, culturas e raças diferentes, torna-se espaço de excelência à implementação da lei relatada.

Deste modo, como a escola pode aprimorar seus mecanismos de conduta para erradicar efetivamente casos de racismo perpetrados no ambiente escolar? Qual é a abordagem adotada por essas escolas na análise e manejo de ocorrências de racismo dentro de suas instituições de ensino? Como é abordado o tema do racismo nas escolas mencionadas e de que maneira ocorre a transmissão desse conteúdo para crianças e adolescentes?

4 JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa tem o intuito de reunir os dados necessários sobre o que se tem feito para uma maior efetividade da política antirracista no âmbito escolar, tendo em vista que esse é o espaço no qual há uma grande influência na formação de cada cidadão. Esse tema é de extrema importância acadêmica, tendo em vista que na referida cidade há a implementação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, uma universidade internacional e interiorizada, que recebe estudantes de países lusófonos do continente africano, e do Timor-Leste.

Este projeto de pesquisa busca analisar como a maior efetividade dos trabalhos voltados para a introdução da lei 10.639/03 nas escolas de Boa Fé e Itapaí, e como estes podem contribuir com uma cultura antirracista na cidade de Redenção. Tendo em vista que as mesmas estão situadas em uma localidade periférica e interiorana respectivamente, é importante ressaltar que são duas escolas com realidades distintas apesar de pertencerem à mesma cidade.

Meu contato com as duas escolas citadas se deu durante o estágio que faço para a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Redenção. Com o estágio voltado à educação inclusiva, consegui acompanhar o cotidiano das crianças e observar além dos objetivos do meu estágio. Fui vendo a ausência de conteúdos afro-referenciados durante as aulas em que fui ouvinte, o que me provocou interesse por essa temática, e busquei adquirir conhecimento sobre a mesma.

Mesmo que as equipes escolares, quando consultadas por diferentes estudos, relatem conhecer a lei, saber o teor de suas prescrições e também sua obrigatoriedade, nota-se que o desconhecimento teórico e epistemológico sobre a dinâmica das relações étnico-raciais, assim como dos conteúdos específicos sobre fatos, histórias, conceitos, descobertas e avanços tecnológicos dados a partir de uma matriz afro-brasileira estabelece um quadro que impossibilita que a efetuação da lei avance para além de marcos e discussões pontuais.

A lei no 10.639/03 (Brasil, 2003) é uma medida planejada para oferecer intervenções pedagógicas que contemplem elementos históricos e culturais de matriz africana para ampliar o leque de ferramentas por meio do qual é possível operacionalizar compreensões de mundo. Mais de uma década depois de sua promulgação e o debate acerca da urgência de implementar um programa efetivamente construído a partir dos propósitos desta lei ainda ressoam (SANTOS, 2018, p. 957).

Nesse sentido, essa pesquisa ganha relevância pessoal porque, como mulher negra e pesquisadora das ciências humanas e sociais, busco, através da mesma, entender as estruturas racistas que ainda persistem dentro das instituições de ensino; e o fato de que, sendo a cidade de Redenção a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão, ser extremamente racista, chama a atenção a dificuldade para se pôr em prática a lei 10.639/03.

Do ponto de vista social, esta pesquisa poderá contribuir para o processo identitário da criança, visto que, dentro da sociedade brasileira as crianças não têm noção de sua própria identidade, cultura ou raça. Esse projeto tem a finalidade de afirmar dentro do ambiente escolar a importância da lei 10.639/03 para que essas crianças e adolescentes possam se conhecer, conhecer a história real de seus antepassados, suas lutas e conquistas e não apenas um passado baseado na visão do colonizador.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

A Escola brasileira ainda sofre, bastante influência pelo passado colonial, o qual tem como referência a cultura e o conhecimento de povos dominantes. A atuação da escola muitas vezes resultou na destruição de culturas e saberes; revelando a violência dessa instituição: “o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (Freire, 2005, p.67).

Segundo Paulo Freire, Quijano e outros intelectuais latinoamericanos denunciavam a colonialidade do poder do saber e do ser, revelando que o fim do período colonial na América Latina não significou o fim do colonialismo, já que seus traços persistiram ao tempo, chegando até os dias de hoje. É essa persistência da cultura colonial que Quijano chama de colonialidade. Tanto Quijano como Paulo Freire não só denunciam essa realidade de opressão: eles propõem uma ruptura com tal modelo, através de práticas decoloniais, nas palavras de Quijano, ou práticas libertadoras, na visão freireana (LEITE, 2019, p.03)

Segundo Sacristán (2013), o termo currículo deriva da palavra latina curriculum (cuja raiz é a mesma de cursus e currere). O currículo foi criado com o intuito de separar os conteúdos e posteriormente separar os indivíduos em grupos disciplinares, criando assim barreiras para separar as especificidades existentes entre os mesmos. Portanto, os graus se tornaram correspondentes às idades dos estudantes, e por isso o currículo se transformou em um importante moderador da organização do ensino, propiciando

coerência vertical ao seu desenvolvimento. “De tudo o que foi dito, concluímos que o agrupamento dos sujeitos em classes facilitava o regramento da variedade dos alunos Sacristán (2013, p.19)”.

O currículo desempenha uma função dupla – organizadora e ao mesmo tempo unificadora – do ensinar e do aprender, por um lado, e, por outro, cria um paradoxo, devido ao fato de que nele se reforçam as fronteiras (e muralhas) que delimitam seus componentes, como, por exemplo, a separação entre as matérias ou disciplinas que o compõem (SACRISTÁN, 2013. p.17).

Segundo Paulo Freire, a Educação Bancária é um sistema no qual o professor é o detentor do conhecimento e o aluno um simples receptáculo “A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em "vasilhas", em recipientes a serem "enchidos" pelo educador” (FREIRE, 2018, p.80). Esse tipo de educação é segregadora, e dificulta o aprendizado do educando.

Na perspectiva da interdição e do controle, entendemos a escola como uma ordem social complexa (Sarmiento, 1998), ou seja, como um conjunto estruturado de ordens e lógicas institucionais, políticas e simbólicas. Assim sendo, identificamos a lógica da violência como uma prática institucional, política e simbólica – uma violência técnica que muitas vezes a escola não vê, não se dá conta, e prática de forma naturalizada. (ARAÚJO; PÉREZ, 2006, p. 465).

As normas vigentes na escola criam mecanismos disciplinares, os mesmos atuam como regulamentadores, agindo sobre a população. Esses regulamentos são aplicados tanto aos corpos dos indivíduos como sobre a população. Formando-os para seguirem estes padrões e não desviarem dos mesmos. Essas práticas normalizadoras geram técnicas de vigilância que permitem classificar, qualificar e castigar.

Assim, como Mairce Araujo (2006, p. 467) pontua que “a necessidade de controle da população justifica a produção\difusão de um regime de verdade que qualifica como *potencialmente* violentas crianças que vivem em lugares violentos”, portanto para o sistema educacional pessoas que vivem em locais periféricos tendem a ser mais violentas e assim necessitam de interdições. Em contrapartida, a escola não consegue enxergar a violência que ela mesma pratica. Sendo assim, difundindo um determinismo social que é alimentado pelas instituições de ensino e geram violências para com os estudantes.

A constituição Federal de 1988 define a educação como um direito social. A lei 10.639/03 e suas formas de regulamentação (CNE/CP 01/2004 e parecer 03/2004) vinculam-se à garantia do direito à educação, que torna, nas escolas públicas e privadas da Educação Básica, obrigatório a inclusão dos estudos de História da África e de culturas afro-brasileiras.

Após a instauração da ditadura militar em 1964 e a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional da época – Lei 5692/71 – a questão racial (vista como condenação do tratamento desigual devido a raça) perde lugar no debate sobre os princípios que regem a educação nacional. Isso não quer dizer que as organizações negras desapareceram e deixaram de lutar pela inclusão dos negros na educação e na política educacional. Cabe destacar a atuação do Teatro Experimental do Negro (TEM) que teve a sua atuação até 1968 (DE PAULA; HERINGER, 2009, p. 45).

Com essa pluridiversidade existente na cidade de Redenção, há uma grande expectativa para com a geração de políticas públicas e uma maior efetividade no ensino da história da África e das culturas afro-brasileiras. Sabendo-se que a educação brasileira ainda carrega uma visão eurocêntrica, que inviabiliza a produção e os conhecimentos das culturas africanas e afro-brasileiras, existe um desconhecimento da história da África não só pelos estudantes, mas também por parte dos professores, desse modo, as pessoas não conhecem a ação e agência dos sujeitos negros na formação da sociedade brasileira, o que se priorizava falar era o lugar de inferioridade dessas pessoas dentro da sociedade brasileira.

No Brasil ainda é muito comum a ideia de democracia racial, a qual afirma que as raças convivem em harmonia e que não existe diferença entre as mesmas por sermos todos iguais, o que não é possível, e com isso se ver a necessidade de pontuar a diversidade e as diferenças para que seja possível a quebra dessa ideologia eurocêntrica que é tão presente dentro da escola assim como em outras áreas da sociedade. Desde muito tempo, o racismo orienta as nossas relações sociais, impede que conquistemos espaço dentro dessa sociedade, uma sociedade que inferioriza os nossos corpos e destina lugares de marginalidade para essas pessoas.

Estudos tem mostrado que os alunos negros enfrentam dificuldades para permanecer na escola, apresentando as maiores taxas de evasão e repetência. Tem-se concluído que o rendimento escolar da criança negra acaba sendo condicionado por processos intraescolares, pois mesmo quando o nível socioeconômico das famílias é equivalente, ainda assim, os negros, muitas vezes, apresentam trajetória escolar diferenciada, ou seja, o sucesso do aluno

negro é menor do que o dos alunos brancos na escola (ROSEMBERG, 1987; HASENBALG, 1987; HASENBALG; SILVA, 1990) OLIVEIRA, pag.211

As crianças negras vivenciam inúmeras experiências que as levam a conceber uma autoimagem negativa. Dados obtidos por alguns autores expõem que, em relação às crianças negras e brancas, há um tratamento diferenciado, baseado em linguagem não verbal, por meio de gestos, atitudes e tons de voz que reforçam o racismo e a rejeição sofrida por parte das crianças negras em relação ao seu pertencimento racial.

A escola veicula, em conjunto com outros equipamentos centralizadores e difusores de sentido e de estética, entre eles a mídia, um modelo estético hegemônico, bem como um modelo de “saúde” que é veiculado e produzido incessantemente como o melhor, o único, o bonito e o que deve ser perseguido por todos. Esse modelo estético é difundido de maneira capilar por todos, inclusive as crianças pequenas, das quais este artigo pretende se ocupar”. (OLIVEIRA e ABRAMOWICZ, 2010, p.212)

Desde o início da infância as crianças passam por diversos processos de subjetivação, os quais fazem com que as mesmas tenham concepções que ainda estão arraigadas no nosso imaginário e na realidade sobre o branco e o negro, aos quais contribuem no processo de entendimento sobre as positivities e negatividades que são atribuídas aos grupos raciais.

No entanto, isso pode ser favorecido pela instituição com base nas concepções e nos valores das profissionais envolvidas com essas crianças e, também, é claro, da mídia, que atua de forma bastante forte na veiculação de imagens e ideias que acabam fortalecendo o grupo racial dos brancos e estigmatizando negativamente o grupo racial dos negros (OLIVEIRA e ABRAMOWICZ, 2010, p. 214).

Essas práticas contribuem para que pessoas negras passem pelo processo de autonegação desde a infância. Não tendo como referência pessoas e imagens que tragam representatividade para os mesmos, acabam por apagar a importância da diversidade cultural. A cultura negra sofre com a desvalorização da importância de pessoas negras para a história nacional e mundial. Esses fatores aliados à falta de oportunidades, faz com que as crianças negras muitas vezes desistam de estudar, a violência escolar e a constante

pressão sofrida por essas crianças e jovens acaba por resultar no processo de banimento social.

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos epistemicídio (Ribeiro, 2019, p. 31).

As trajetórias de pessoas negras, acabam sendo dificultadas desde a sua inserção na escola e desde então os mesmos são bombardeados de informações que os fazem questionar o seu espaço no âmbito intelectual. A falta de representatividade e violências sofridas fazem com que seja alta a evasão escolar de jovens e crianças negras. O mito da meritocracia faz com que esses indivíduos, sejam julgados, por muitas vezes não conseguirem alcançar um status social ou até mesmo estarem em situação de marginalidade. Pessoas negras, tendem a se esforçar muito mais que pessoas brancas para conseguirem estudar e se profissionalizar. Pois apesar de leis e direitos que em tese tentam garantir o acesso ao ensino e aprendizado para todos, ainda é muito difícil identificar traços nesse sistema da efetividade dessa equidade.

6 METODOLOGIA

Compreendendo as necessidades para execução do projeto de pesquisa, tendo este como objetivo analisar o papel das escolas de EEIF Neide Tinôco e EEF Vicente Ferreira do Vale, ambas localizadas no município de Redenção/CE, na luta contra o racismo e quais os métodos utilizados pelas mesmas para alcançar seus objetivos, a partir da lei 10.639/03, a pesquisa terá como abordagem o método qualitativo, unindo a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, através da técnica de coleta de entrevista.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de textos e obras publicadas seguindo a teoria que vai direcionar o trabalho, é desenvolvida com base em material já elaborado. Propicia a análise de um tema por um novo enfoque ou abordagem, chegando a novas conclusões. No caso do tema do nosso estudo, ela evocará os estudos referente a lei 10.639/03 e de outras experiências que tenham como cerne uma educação afrocentrada, para aprofundar o tema a partir de outros pontos de vista, para um maior apoio científico.

Nesse caminho, a pesquisa documental tem como foco os documentos da própria escola, o Projeto Pedagógico, o diário dos professores, regimento escolar e projetos das referidas escolas, buscando por meio destes, informações concretas do que está sendo feito para a efetivação da Lei 10.639/03. Além de outros documentos que regem a educação brasileira nas esferas estadual e municipal. Com o auxílio dos arquivos disponibilizados haverá uma melhor análise do que já está sendo feito e como está sendo vivenciado na prática nas escolas.

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007). Tendo em vista essa dimensão fica claro existir diferenças entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI;. 2009, p. 05).

A pesquisa de campo será realizada através da utilização de entrevista com a gestão escolar e entrevistas com os professores e estudantes, para que a partir do compartilhamento das experiências e vivências relatadas pelos mesmos seja entendido

como ocorre o repasse dos conteúdos dentro dessas escolas. A entrevista é definida por Haguette (1997, p. 86) como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Os estudos de campo apresentam benefícios em relação principalmente aos levantamentos. Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus produtos costumam ser mais fidedignos. Como o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis. E como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico.

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo (GIL, 2002.p. 53).

Essa pesquisa tem como foco, analisar estudantes do fundamental II e suas vivências dentro da escola. Entendendo o que está sendo feito nas instituições, como práticas pedagógicas e projetos que contemplem a lei 10.639/03, como estão sendo tratados casos de racismo praticados no âmbito escolar e ações mais efetivas que introduzam a representatividade nas referidas escolas.

8 REFERENCIAS

ARAÚJO, M. D. S., & Pérez, C. L. V. (2006). Um jogo de luz e de sombras: lógicas de ação no cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Educação*, 11, 461-469. Acesso em: 18 de setembro de 2023. https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=um+jogo+de+luz+e+sombras%3A+logicas+de+a%C3%A7ao+no+cotidiano+escolar&btnG=&lr=lang_pt

DE PAULA, Marilene, and Rosana Heringer. "Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil." *Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid* (2009). Acesso em: 11 de outubro de 2023. https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=caminhos+convergentes+estado+e+sociedade+na+supera%C3%A7ao+das+desigualdades+raciais+no+brasil+Nilma&btnG=

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=A+pesquisa+bibliografica%3A+principios+e+fundamentos&btnG=

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da libertação* em Paulo Freire. Editora Paz e Terra, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6021142/mod_resource/content/1/E4%20-%20Texto%201.pdf

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educar em Revista*, p. 19-33, 2013. Acesso em: 4 de julho de 2023. https://scholar.google.pt/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=lei+10.639+nas+escolas&btnG=&lr=lang_pt

GIL, Antonio Carlos et al. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptR&as_sdt=0%2C5&q=Ant%C3%B4nio+Carlos+Gil+Como+Elaborar+Projetos+de+pesquisa&btnG=

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. In: *Metodologias qualitativas na sociologia*. 2013. p. 223 p-223 p. disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptR&as_sdt=0%2C5&q=HAGUETTE%2C+Teresa+Maria+Frota.+Metodologias+qualitativas+na+Sociologia.+5a+edi%C3%A7%C3%A3o.+Petr%C3%B3polis%3A+Vozes%2C+1997.+&btnG=

LEITE, LÚCIA HELENA ALVAREZ; RAMALHO, BÁRBARA BRUNA MOREIRA; CARVALHO, PAULO FELIPE LOPES DE. Artigo-A educação como prática de liberdade: uma perspectiva decolonial sobre a escola. *Educação em Revista*, v. 35, p. e214079, 2019. Disponível em: https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=a+escola+como+pratica+de+liberdade+%3A+uma+perspectiva+decolonial+sobre+a+escola&btnG=&lr=lang_pt

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e "paparicação". *Educação em Revista*, v. 26, p. 209-226, 2010. Disponível em: https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=infancia+ra%C3%A7a+e+paparica%C3%A7%C3%A3o&btnG=

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno manual antirracista*. Companhia das letras, 2019. Disponível em: https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=manual+antirracista+djamila+ribeiro&btnG=

SÁ-SILVA, Jackson Ronie, Cristóvão Domingos de ALMEIDA, and Joel Felipe Guindani. "Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas." *Revista brasileira de história & ciências sociais* 1.1 (2009): 1-15. Acesso em: 04 de novembro de 2023. https://scholar.google.pt/scholar?hl=ptR&as_sdt=0%2C5&q=pesquisa+documental&btnG=&lr=lang_pt

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, p. 16-35, 2013. disponível em : https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptR&as_sdt=0%2C5&q=o+que+significa+curriculo+de+Jos%C3%A9+Gimeno+Sacrist%C3%A1n&btnG=

SANTOS EF dos, Pinto EAT, Chirinéa AM. A Lei nº 10.639/03 e o Epistemicídio: relações e embates. *Educ Real* [Internet]. 2018Jul;43(3):949–67. Available from: <https://doi.org/10.1590/217523665332https://www.scielo.br/j/edreal/a/JXQP9M8NVGh6cCFH4hZwgFC/?lang=pt#>